



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Requerimento nº _____, de 2014.
(Dos Srs. Márcio Junqueira)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir, com Representantes dos sindicatos dos petroleiros e Ministério Público as condições de produção e segurança das plataformas.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir com Representantes dos sindicatos dos petroleiros, Ministério Público e a empresa responsável pela Construção das plataformas – Sete Brasil - as condições de produção e segurança dos trabalhadores nas plataformas em operação e nas que estão sendo construídas.

JUSTIFICATIVA

Em fevereiro de 2014 a plataforma de perfuração SS-53, que opera no campo de Marlim, na Bacia de Campos, adernou de cerca de 3,5 graus devido a alagamento em um dos tanques da embarcação, motivado por falha na válvula do sistema de lastro, responsável pelo controle da estabilidade da unidade. Também em fevereiro de 2014 ocorreu um incêndio na plataforma na P-62, no campo de Roncador.

Em dezembro de 2013 a produção da plataforma P-20, também no campo de Marlim, na Bacia de Campos, foi interrompida por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

medida de segurança por causa de um incêndio. Segundo a Petrobras dois trabalhadores ficaram feridos.

Em 12/8/2010 o Jornal “O Globo” divulgou matéria informando que a plataforma P-33, na Bacia de Campos, teve nove acidentes naquele ano. Diante das denúncias publicadas no GLOBO sobre a falta de condições de segurança na plataforma, a Petrobras suspendeu a plataforma para reparos. O periódico divulgou também que houve um princípio de incêndio ocorreu em uma das válvulas de vapor da plataforma P-35, uma das citadas pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense como estando em pior estado de conservação, juntamente com a P-33 e a P-31, esta última apelidada pelos trabalhadores de sucata.

Segundo o Globo, os trabalhadores da P-33 temiam acidentes graves ocorram provocados pelos vazamentos nas tubulações de óleo, gás e água. Os trabalhadores denunciaram que haviam muitas tubulações com vazamentos, grades de proteção mal conservadas, deterioradas. Segundo o Sindicato, sem grade de proteção e sem bote de resgate, se alguém cair no mar, só há o barco de apoio a uma milha de distância para socorrer o operador. O Sindicato afirmou, ainda, que as tubulações estão cheias de reparos provisórios feitos com epóxi.

Em meio à polêmica sobre as condições de segurança na plataforma P-33 da Petrobras, sediada no Campo de Marlin, na Bacia de Campos, o Ministério do Trabalho divulgou um relatório parcial sobre o local. A inspeção feita na plataforma P-33 em agosto/2010 encontrou 11 situações de risco para a atividade dos petroleiros e resultou em cinco autos de infração à Petrobras, além da interdição de três filtros de óleo lubrificante por falta de válvulas de segurança, segundo nota divulgada pelo órgão na noite desta quarta-feira.

Em meio às dúvidas quanto a segurança das plataformas, a Petrobras decidiu em 2011 e 2012 contratar a construção de 28 sondas da empresa A Sete Brasil Participações S/A.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

O capital administrado pela Sete para gerenciar a construção dos navios-sonda pode chegar a 30 bilhões dólares (valor aproximado da licitação de construção dos 28 navios). Segundo comunicado da Petrobras, a empresa poderá ainda ser proprietária e responsável pela gestão dos equipamentos de perfuração, além de contratar financiamentos e seguros.

Nesse contexto, ainda de acordo com o documento, a nova companhia não terá funcionários da estatal. “A empresa será uma companhia operacional, com empregados, executivos e colaboradores próprios”, afirma o comunicado.

A Sete Brasil Participações S/A é uma empresa holding não operacional (não oferta produtos ou serviços) que tem por objetivo a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista de empresas que construam, operem e fretem sondas de perfuração em águas profundas.

A empresa possui 7 subsidiárias (sociedades de propósito específico - SPE) constituídas conforme as leis da Holanda. As SPEs foram constituídas para contratarem a construção, serem proprietárias e afretarem sondas de perfuração para a Petrobras, suas afiliadas ou outras empresas que atuam na indústria de petróleo. A SETE possui 85% das SPEs abaixo e a Petrobras Netherlands BV- PNBV (15%):

- Arpoador Drilling B.V.
- Copacabana Drilling B.V.
- Grumari Drilling B.V.
- Ipanema Drilling B.V.
- Leblon Drilling B.V.
- Leme Drilling B.V.; e
- Marambaia Drilling B.V. (“SPEs”).

A SETE é controlada pelo Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Sondagens (90%) e tem participação minoritária da PETROBRAS (10%).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Já o FIP Sondas é composto sob a forma de condomínio fechado e tem a seguintes quotistas:

- PREVI (Fundo de Previdência do Banco do Brasil);
- FUNCEF (Fundo de Previdência da Caixa Econômica);
- PETROS (Fundo de Previdência da Petrobras);
- VALIA (Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social);
- Banco BTG Pactual;
- Banco Santander;
- Bradesco – STRONG (Fundo de Investimentos em cotas de

Fundo de Investimentos Multimercado);

- PETROBRAS;
- LAKESHORE.

Em fevereiro de 2013 o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) anunciou um aporte financeiro de até R\$ 2,5 bilhões na empresa, por meio da aquisição de debêntures da empresa e de cotas do FIP Sondas.

No meio desse processo a Petrobras anuncia em 2014 que terá plano de demissão voluntária para 8,5 mil funcionários. Segundo a empresa serão contemplados 7 mil trabalhadores que já estão aposentados pelo INSS, mas continuam na empresa, além de 1,5 mil que completam tempo de aposentadoria até 31 de março.

Segundo o comunicado divulgado pela empresa nesta sexta-feira, o plano é fruto da implantação do Programa de Otimização de Produtividade (POP), que tem por objetivo "influenciar positivamente na produtividade da Petrobras visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão (PNG)".

Conforme a Federação Única dos Petroleiros (FUP) o PDV da Petrobras poderá atingir mais de 10% da força de trabalho. A FUP disse estar preocupada com o fato de a Petrobras não pretender repor as vagas, com exceção das áreas operacionais. Segundo a entidade sindical, o número de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

trabalhadores hoje claramente já é insuficiente para as atuais atividades da companhia. Ainda conforme a FUP, o número insuficiente de funcionários é apontado por sindicalistas como causa parcial de acidentes que aconteceram em unidades da companhia nos últimos meses.

Em 1º/3/2014 o Ministério Público do Trabalho instaurou inquérito para apurar eventual responsabilidade da estatal diante do não pagamento de direitos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços (Inquérito Civil nº 000106.2014.01.006/0-601).

Segundo a Procuradoria Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, a medida foi tomada pela, diante da gravidade de fatos “que têm se repetido em relação às terceirizações praticadas pela Petrobras”.

Nesse quadro, entendemos necessário discutir o programa de treinamento profissional da Petrobras, a relação jurídica dos trabalhadores, o nível de segurança com que das plataformas em operação e das que foram contratadas à empresa Sete e as relações entre a Petroleira e seus trabalhadores.

Sala da Comissão, em de de 2014.

**Deputado Márcio Junqueira
PROS/RR**